



## **Balanço e recomendações dos Seminários formativos sobre Orçamento Participativo organizados pela Câmara Municipal de Lisboa**

### **1. Contextualização**

Seguindo o plano previsto para o Ciclo de Orçamento Participativo de 2010 e tendo por base alguns dos elementos avaliativos do ciclo de 2009, a Câmara Municipal de Lisboa decidiu organizar dois Seminários formativos sobre o Orçamento Participativo (OP), sendo um de âmbito interno, destinado aos colaboradores da Autarquia, e outro de âmbito externo, direccionado para as Juntas de Freguesias da cidade, Associações e cidadãos em nome individual.

Estes Seminários representaram uma aposta da Câmara Municipal de Lisboa num novo processo de OP, suportado por uma dinâmica interna mais eficaz e cooperante, e por uma dinâmica externa mais informada e actuante.

Ao nível interno importa sobretudo desenvolver competências sobre o tema, favorecer a articulação e a cooperação entre os diferentes serviços da Autarquia que serão chamados a intervir em diferentes fases do ciclo participativo, com maior destaque para o que respeita à análise técnica das propostas apresentadas pelos cidadãos e cidadãs de Lisboa.

Ao nível externo estes Seminários visaram, sobretudo, a promoção de uma maior interacção presencial com os diferentes intervenientes do território, favorecer a sua formação relativamente a este tipo de processo, e mobilizá-los para a dinâmica participativa.

### **2. Sugestões dos participantes**

Para a maioria dos participantes nestes Seminários, esta foi a primeira acção de formação estruturada sobre o tema do OP, na qual tiveram oportunidade de participar. Este elemento teve muita influência sobre os conteúdos das intervenções, pois na maior parte dos casos as pessoas dirigiram mais perguntas e dúvidas aos formadores, do que propriamente sugestões relativamente ao processo de OP de Lisboa.

As sugestões apresentadas foram as seguintes:

- Reforçar o processo de divulgação pública do OP de Lisboa. Esta foi efectivamente a principal recomendação, tendo sido sugerido o recurso a diferentes meios e suportes de informação: Internet, sms, rádios, jornais, agendas municipais, cinemas, publicidade nos transportes públicos, stands em eventos, banda desenhada, assinatura no e-mail (à semelhança do 1º Centenário da Vereação Republicana), colocar terminais de internet: nos Centros Comerciais e Restaurantes, assim como a possibilidade de organizar sessões de esclarecimento junto de Associações locais, Juntas de Freguesia, Centros de Idosos, Centros de Jovens, Bibliotecas, Escolas, que possam por sua vez funcionar enquanto agentes multiplicadores da participação;

- Formação sobre o OP para os Dirigentes Municipais estarem sensibilizados;

- Favorecer uma maior transparência das contas públicas. Foi sugerida a divulgação pública da situação financeira da Autarquia, de modo a favorecer uma tomada de consciência por parte dos cidadãos sobre a capacidade de investimento da Câmara Municipal de Lisboa, os custos do seu funcionamento, assim como sobre os compromissos financeiros entretanto assumidos, seja ao nível dos investimentos como de empréstimos bancários;

- Esclarecer sobre a possibilidade de os cidadãos se auto-organizarem, no sentido de reunirem ao nível territorial ou sectorial para debaterem e apresentarem propostas no âmbito do processo de OP de Lisboa;



- Criar um Gabinete de Participação Local com uma equipa de gestão de projectos;
- Desenhar um processo de OP que preveja também uma componente presencial de debate de propostas entre os cidadãos e a Autarquia;
- Tornar visível para os participantes, numa só página do site do OP de Lisboa, os detalhes de cada proposta, submetida à fase de votação das prioridades;
- Favorecer o convite de participantes não utilizadores da Internet. Sugeriu-se que cada pessoa que participa e que tem facilidade de acesso e de utilização da Internet pudesse convidar outras pessoas que não possuem recursos para aceder à plataforma virtual do OP de Lisboa;
- Melhorar a página Internet do OP de Lisboa, nomeadamente ao nível da clarificação das competências da Autarquia, assim como da ampliação do campo previsto para a fundamentação das propostas;
- A possibilidade de localizar a proposta através do Google Maps;
- Identificar o proponente de cada proposta, de forma a tornar mais transparente o processo. A este nível conclui-se que seria conveniente colocar duas questões a cada proponente: a) se aceita ser contactado pelos serviços da Autarquia para esclarecimentos sobre a proposta que submeteu? b) se o proponente aceita que o seu nome acompanhe a proposta e fique disponível para o público, ou se permanece anónimo?;
- Informar sobre o estado de cada uma das obras inseridas no âmbito do OP de 2009: não iniciada, adjudicada e concluída. É importante a criação de um canal permanente com os cidadãos que possa divulgar regularmente informação sobre o estado de cada uma das obras aprovadas no âmbito do OP. Sugeriu-se também que cada investimento possa ter associado o nome da(s) empresa(s) à(s) qual(is) for adjudicado;
- Prever uma fase de discussão pública sobre os projectos vencedores, de modo a debater a forma e os detalhes da sua execução, através de blogs, fóruns no site da Autarquia;
- Permitir a participação de pessoas que vivem fora do Concelho mas que trabalham todos os dias em Lisboa. Entre outros, foi dado o exemplo dos empresários da restauração que possuem os seus estabelecimentos na capital mas que vivem em municípios vizinhos;
- Nas Normas de Participação deve estar previsto o “Direito de Veto da C.M.L.” face a algumas propostas;
- Criar alguns suportes informativos para os cidadãos que esclareçam, por exemplo, alguns custos médios por tipo de obra/serviço, assim como tempos médios de execução de determinados investimentos;
- Definir critérios para a avaliação das propostas por parte dos serviços, para que essas possam ser transformadas em projectos. Foi sugerida a criação de alguns parâmetros que favoreçam a triagem das propostas, como por exemplo, “Projectos previstos em Planos”; “...com projecto elaborado”; “...com financiamento assegurado”. Segundo a opinião dos participantes, as propostas que coincidissem com projectos da Autarquia previstos em Plano e com financiamento assegurado deveriam ser excluídos do processo, pois considera-se que esses já seriam assegurados pela Autarquia, pelo que não faz sentido incluí-los no montante atribuído ao OP;
- Alargar o período de apresentação e de análise de propostas.